

EMBATE ENTRE AS POLÍTICAS INCLUSIVAS E O SINDICATO DAS ESCOLAS PRIVADAS DE SANTA CATARINA

HUGGENTOBLE, Adjane machado¹; CUBA, Rosana da Silva²

RESUMO

Esse trabalho traz resultados ainda preliminares de uma pesquisa em andamento que reflete sobre o embate entre as políticas inclusivas e o Sindicato das Escolas Privadas de Santa Catarina. Tem como objetivo discutir acerca do direito ao acesso à escola ao aluno com necessidades específicas e as intervenções na Lei 13.146/2018 por grande parte das escolas particulares neste estado e também propor reflexões sobre os direitos igualitários a todos os alunos. Utilizamos de metodologia pesquisa bibliográfica, cujos instrumentos de pesquisa consistem em análise de discurso, análise documental e estudos teóricos. Entre os resultados preliminares pode-se destacar que mesmo presenciado vários programas e políticas públicas a fim de garantir a Inclusão Escolar, a criança com deficiência ainda é marginalizada dentro da sociedade capitalista.

Palavras-chave: Educação Especial. Inclusão Escolar. Política da Educação Especial de Santa Catarina.

INTRODUÇÃO

Este trabalho traz resultados ainda preliminares de uma pesquisa em andamento que reflete sobre o embate entre as políticas inclusivas e o sindicato das escolas privadas de Santa Catarina. A estima por essa temática foi construindo-se a partir das reflexões, diálogos e apropriação de conhecimento, através do trabalho desenvolvido em conjunto com mestres e doutores do eixo Processos Educativos e Inclusão, do programa de pós-graduação do Instituto Federal Catarinense – Campus Camboriú. A partir das aprendizagens e tentativas de colocar em prática esses saberes, dentro de uma instituição privada, despertou o interesse a respeito do papel das escolas particulares frente à Educação Inclusiva, pois se percebe certa resistência por grande parte dessas instituições no estado de Santa Catarina,

¹ Licenciada em Pedagogia e estudante do PPGE/IFC – Camboriú da linha Processos Educativos e Inclusão. Professora da rede particular de Balneário Camboriú. E-mail: adjane_machado@ymail.com

² Mestre em Educação. Professora de Sociologia do IFC. São Bento do Sul. Email: rosana.cuba@ifc.edu.br

mesmo já existente, desde 2009, uma Política de Educação Especial nesse estado, com vários serviços na área de inclusão, além do vigor da Lei 13.146/2015, destinada assegurar e a promover condições de igualdade à pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Considerando o exposto, definimos que a problemática da pesquisa poderia ser sistematizada no seguinte questionamento: Como se dá o processo de Inclusão escolar nas escolas particulares do estado de Santa Catarina e quais as ações do Poder Público frente à resistência do cumprimento da Lei 13.146/2015 por parte dessas instituições?

A partir da definição da problemática elegemos como objetivo geral da pesquisa “discutir a cerca do direito ao acesso à escola, ao aluno com necessidades específicas e as intervenções na lei por parte da escola privada do estado de Santa Catarina”. Em termos específicos a pesquisa se propõe: a) Propor a reflexão a respeito dos direitos igualitários a todos os alunos; b) Analisar a linguagem discursiva utilizada nas cartas abertas à comunidade escolar, através da análise de discurso; c) Problematicar as ações do Poder Público a respeito da incorfomidade da escola privada.

Por um longo período histórico, a pessoa com deficiência foi marcada pelo preconceito e exclusão dentro da sociedade, vista como imperfeita, inválida, incapaz, e como castigo de Deus. Em relação a sua trajetória rumo à escolarização, essa foi marcada por obstáculos, pois a visão sobre a deficiência foi constituída social e historicamente, levando-se em conta fatores históricos determinantes como, o acesso a informação, crenças, princípios morais, recursos, conhecimento e entre outros, próprios de cada época. Desse modo a moral predominante sofreu mudanças muito lentamente e, mais recentemente, a partir da luta de movimentos sociais por inclusão, houve ações que levaram a mudanças no âmbito da Educação Especial. A partir de transformações sociais significativas, foi possível presenciar algumas conquistas através de ações de movimentos, tanto de pessoas isoladas quanto de grupos em prol dos direitos da pessoa com deficiência visando à sua inclusão social e cidadania.

Segundo MAZZOTA (1996), no Brasil, dois períodos foram determinantes na história da educação especial. O primeiro período, de 1854 a 1956 é definido por

decisões oficiais e particulares isoladas. As primeiras iniciativas nesse âmbito decorreram da fundação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atualmente denominado Instituto Benjamin Constant (IBC) e o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, hoje Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). O segundo período de 1957 a 1993 é marcado pelas iniciativas oficiais de âmbito nacional, sendo que neste momento histórico mais recente a educação especial apareceu na política educacional brasileira.

No caso do estado de Santa Catarina, um dos marcos históricos que se pode destacar, é o ano de 1954, com a presença do professor João Barroso Júnior, técnico em educação do Ministério da Educação e Cultura a serviço do Imperial Instituto Nacional dos Surdos – Mudos – INSM do estado do Rio de Janeiro (atualmente Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES). Todavia, o atendimento ao público se oficializa no ano de 1957, com o atendimento em uma classe especial para crianças deficiente no Grupo Escolar Dias Velho, adiante nomeado como Grupo Escolar Barreiros.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse trabalho deu-se através da pesquisa bibliográfica, uma vez que ela nos permite a coleta diversificada de embasamento teórico a fim de obter compreensão e auxiliar a alcançar os objetivos desse estudo. Quanto aos procedimentos adotados na pesquisa elegemos: pesquisa bibliográfica em relação ao histórico da Educação Especial, análise de discurso e análise documental.

As técnicas utilizadas na pesquisa bibliográfica foram revisão de literatura, por meio da realização de um estado do conhecimento e estudos teóricos decorrentes da verificação de literatura, desta forma foi possível explorar a trajetória da Educação Especial, as lutas dos movimentos sociais até o momento atual. A realização do “estado do conhecimento” envolveu a consulta de artigos científicos nos seguintes bancos de dados: Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino (ENDIPE), Congresso Internacional de Educação e Inclusão

(CINTEDI), Pesquisa em Educação (ANPED). Utilizamos-nos para a construção do referencial teórico autores cujas publicações pudessem contribuir com as reflexões como: MAZZOTA (2006), MARQUEZAN (2009). A análise documental, por sua vez, abrangeu documentos que subsidiaram a partir da promulgação da Lei 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão) que deu origem ao embate entre as Políticas Inclusivas e o Sindicato das escolas particulares de Santa Catarina, como a “Carta aberta à comunidade escolar – SINEPE/ SC” e a “Nota de Repúdio à Carta do SINEPE - OAB / SC”. Partindo do pressuposto que essas instituições utilizaram-se da linguagem discursiva como seu principal meio de comunicação, foi essencial a este estudo realizar a prática da análise de discurso, na qual contribui para a investigação de quais linguagens essas instituições se apropriaram em busca de alcançar seus objetivos.

A análise de discurso é uma área de pesquisa que hoje em dia é considerada interdisciplinar devido as suas ligações com a Antropologia, a Sociologia, a Psicologia e principalmente aos Estudos culturais. Fatores como contexto social e os papéis sociais determinam a produção lingüística. As variáveis como redes de comunicação, vizinhança, organizações locais de trabalho, as condições de vida e acima de tudo, as relações de poder também influenciam a interação.

A partir da Análise de discurso, será possível perceber palavras formais ou informais, valor expressivo dado as palavras, quais metáforas estão sendo usadas, se o sujeito está usando orações passivas ou ativas, se são positivas ou negativas, que tipo de pronome foi utilizado e como e entre outros.

RESULTADOS ESPERADOS OU PARCIAIS

Os conhecimentos construídos até o momento possibilitaram os pesquisadores a compreender a importância dos estudos na área, levando-se em conta, que é uma situação própria do estado de Santa Catarina, no qual residimos,

e percebe-se a escassez de trabalhos com foco nessa área, que interfere diariamente na Inclusão Escolar dentro da rede privada.

Carvalho (2004) nos diz que a inclusão educacional exige que as dificuldades escolares sejam explicadas, não só tendo os alunos como foco, mas considerando-se as limitações em nossos sistemas de ensino e em nossas escolas. Este desafio implica uma nova ótica das necessidades educacionais, ou seja, é necessário olhar a pessoa com deficiência e levar em consideração não apenas suas necessidades, mas as necessidades das escolas, dos professores e de todos os recursos humanos que nela trabalham.

Percebe-se na história da Educação Especial que por muito tempo perpetuou o modelo assistencialista, com foco apenas nas deficiências, limitações e não no aluno como ser humano. Mesmo num momento de discurso sobre Inclusão Escolar, constata-se esse olhar voltado às limitações.

No documento “Carta aberta à comunidade escolar” o Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina primeiramente expõe o que é preciso saber sobre Educação Inclusiva e o Estatuto do Deficiente, apresenta que recentemente foi sancionada a lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com deficiência) e relata que o assunto é complexo e não pode ser tratado superficialmente e com sensacionalismo, como vem ocorrendo.

Algumas questões contidas no documento: “O que uma dessas escolas pode fazer por um aluno que, em razão de deficiência, abre a braguilha e expõe a genitália para as colegas ou agride os menores?”; “Há condições de um autista ou alguém com idade mental reduzida e psicológica ser Presidente da República?”.

A comissão de Direito das Pessoas com Deficiência da OAB/SC, após deliberação de seus membros, aprovou a divulgação de repúdio contra o SINEPE/SC, pelo conteúdo exposto na carta aberta à comunidade escolar, na qual o Sindicato das Escolas Particulares se manifesta de forma contrária a Lei 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão) e pela apresentação de termos ofensivos que denigrem as pessoas com deficiência.

Como a análise de discurso desses documentos está em andamento, posteriormente será apresentada uma análise minuciosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por se tratar de um trabalho de pesquisa que está em andamento, o mesmo não possui as considerações finais referente a todo conteúdo do qual trata essa pesquisa. Porém algumas considerações já podem ser citadas, foi perceptível que mesmo presenciado vários programas e políticas públicas a fim de garantir a Inclusão Escolar, a criança com deficiência ainda é marginalizada dentro da sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS

MARQUEZAN, Reinoldo. **O deficiente no discurso da legislação**. Campinas, SP:Papirus, 2009.

MAZZOTA, J.S. **Educação Especial no Brasil**.- 6ª edição- São Paulo: Cortez, 2011